

**DESTAQUE
NOVOS APOIOS
À NATALIDADE**

{DE}

MAIS BEBÉS COM A 'AJUDA' DAS EMPRESAS

■ **CRECHES**

Número de creches públicas deverá ser de 316 no final de 2007. Em 2009, haverá mais 25 mil novos lugares face a 2004.

25 mil

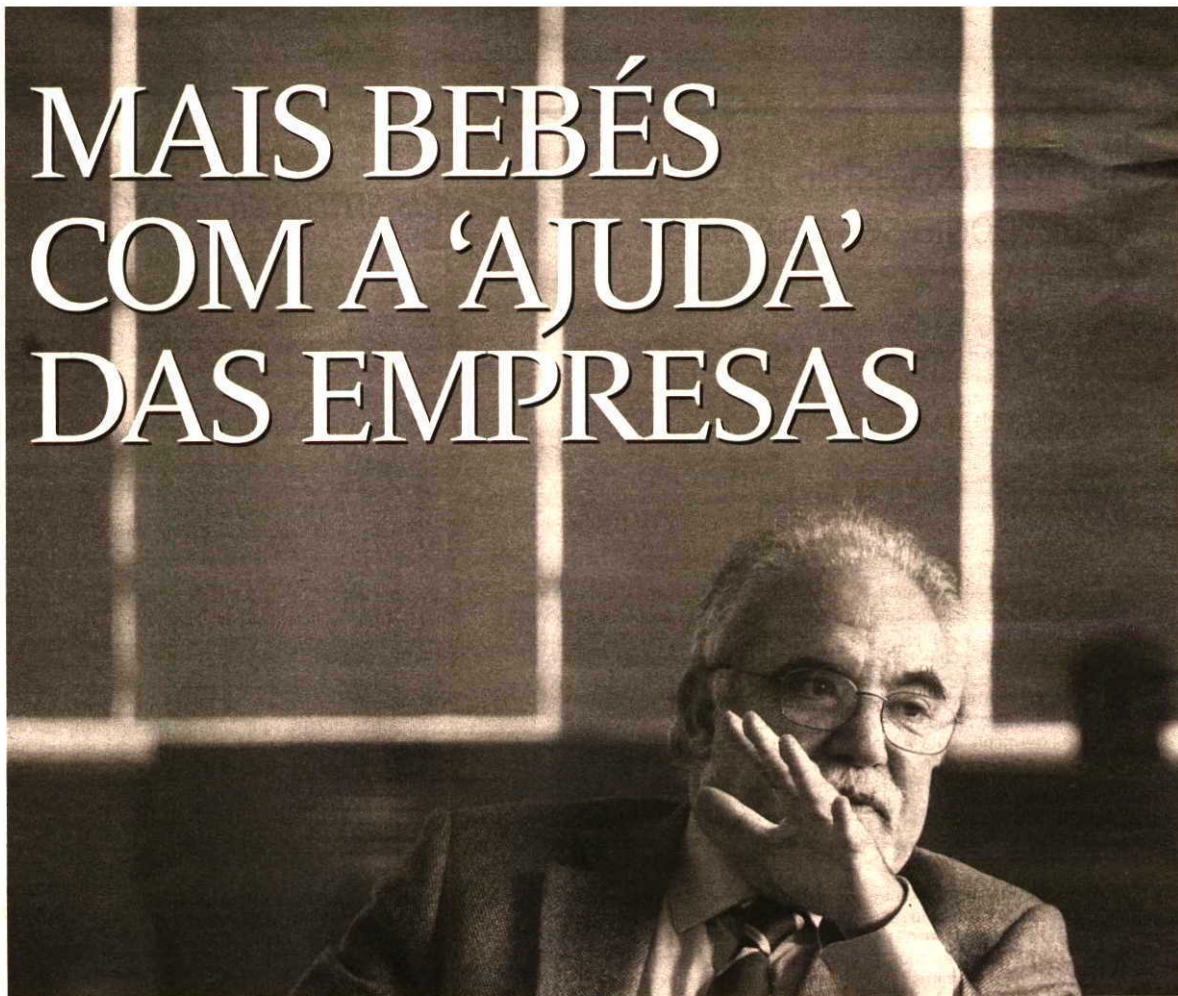
■ **EQUIPAMENTOS**

A rede de equipamentos sociais para crianças, idosos e deficientes recebe do Estado uma dotação orçamental anual na ordem dos mil milhões de euros.

■ **ABONO**

Cerca de 58 mil mães terão apoios mensais superiores a 108 euros, garante o ministro.

58 mil



"AS EMPRESAS E OS PARCEIROS TÊM UM PAPEL A CUMPRIR" NA PROMOÇÃO DA NATALIDADE E NO COMBATE AO ENVELHECIMENTO.

{ Luís Reis Ribeiro
lribeiro@economicasggs.com

Já que as empresas portuguesas não estão interessadas ou não têm tido capacidade para promover a natalidade dos seus empregados, cabe ao Estado português reforçar os apoios ao nascimento de crianças junto do sector privado. Seja para "salvaguardar" a produtividade dos trabalhadores, seja por falta de recursos financeiros, as empresas nacionais, a maioria delas de pequena e média dimensão, têm estado relativamente ausentes da promoção de uma natalidade mais forte, referiram esta semana vários especialistas. Em entrevista ao DE, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José Vieira da Silva, confirmou que "as empresas e os parceiros têm um papel a cumprir" nesse domínio, relembrando-lhes que existem "importantes apoios fiscais" a esse tipo de investimento social. De forma implícita, o ministro admitiu que os referidos apoios públicos - para criação de creches ligadas às empresas, por exemplo - poderão ser

demasiado reduzidos, mas revelou que o Governo está a equacionar "ir mais longe nesse domínio", assim como "na promoção de condições de trabalho facilitadoras da vida familiar". Esta última medida deverá, pois, ficar consagrada no novo Código do Trabalho, que Vieira da Silva prometeu concluir até ao final do ano. No início desta semana, o ministro anunciou um pacote de apoios à natalidade (ver texto ao lado) ciente de dois problemas cruciais: que as pessoas têm menos filhos do que aqueles que realmente desejam e que a tendência de quebra da natalidade em Portugal tem sido alimentada por "dificuldades conjunturais" - como a crise económica dos anos recentes, o alargamento dos horários de trabalho ou a contenção salarial. O resultado está à vista: Portugal tem cada vez menos pessoas e está cada vez mais envelhecido. A taxa de fecundidade (número de bebés por mulher em idade fértil) está no valor mais baixo

de sempre (1,36 crianças por mulher), e longe do valor que garante a renovação populacional; nos últimos 20 anos as mulheres portuguesas retardaram o nascimento de um filho em cerca de três anos; a população com 80 anos ou mais quase duplicou; e nos próximos 25 anos o número de idosos poderá ultrapassar o dobro do número de jovens.

Vieira da Silva sublinha ainda que "a queda da natalidade não é um exclusivo de Portugal. "É um fenómeno estrutural que marca toda a sociedade europeia" e tem "características civilizacionais". O actual quadro de restrição demográfica levou já a uma reforma da Segurança Social, obrigando os portugueses a descontarem mais e a trabalharem mais anos. Mas, aparentemente pode não chegar. Por isso o ministro repete o aviso: "qualquer reforma laboral que não se assuma como um factor da conciliação trabalho/família não cumpre os objectivos do presente". ■

O NOVO SUBSÍDIO DE GRAVIDEZ

O novo sistema de apoio às mulheres grávidas deverá ajudar cerca de 90 mil mães, que receberão o subsídio durante os últimos seis meses de gravidez. (Valores em euros)



RENDIMENTO BRUTO	até 198,93
198,93 a 397,86	397,87 a 596,79
596,80 a 994,65	994,66 a 1989,3
acima de 1989,3	

Vieira da Silva responde a dez perguntas sobre o novo apoio

Para combater a taxa de natalidade que diminuiu de forma sustentada desde 2002, o Governo aprovou ontem em Conselho de Ministros um conjunto de medidas que visa incentivar as famílias a terem mais filhos. Medidas que têm "um duplo sentido", explicou o ministro do Trabalho e Solidariedade Social, Vieira da Silva, ao Diário Económico: "apoiar as mulheres grávidas, a partir do 4.º mês, e as crianças entre os 12 e 36 meses de idade".

1. QUE APOIOS FINANCEIROS VAI O GOVERNO OFERECER PARA INCENTIVAR A NATALIDADE EM PORTUGAL?

Os apoios financeiros traduzem-se num novo abono, que será recebido pelas grávidas a partir do 4.º mês de gestação e até ao final da gravidez, bem como numa duplicação do Abono de Família para quem tenha dois filhos e na sua triplicação para quem tenha três ou mais crianças - do nascimento até cumprirem três anos de vida. "Trata-se de apoiar as mulheres numa altura de mudança da sua vida familiar e as crianças de famílias mais numerosas, numa altura em que crescem as despesas e a entrada no pré-escolar ainda não chegou", justifica Vieira da Silva. "Concentrar aqui os apoios não é um capricho. Resulta do estudo da situação em diversos países e da utilização do nosso sistema de apoios, melhorando-o e não substituindo-o. Mas também de criar um novo direito social: um apoio da comunidade às grávidas", disse.

2. QUANTAS FAMÍLIAS SERÃO ABRANGIDAS POR ESTE APOIO?

Tendo em conta a realidade de 2004, quando o Abono de Família, tal como existe, foi desenhado, estima-se que "nove em cada dez famílias com bebés tenham acesso a esta prestação" e no caso do novo apoio "mais de 90 mil grávidas".

3. QUEM TERÁ ACESSO AO AONO E QUAL SERÁ O VALOR A ATRIBUIR?

O Abono de Família tem 5 escalões, que resultam dos rendimentos do agregado familiar, sendo o 1.º escalão (com mais baixo rendimento) o mais alto em termos de abono. O limite máximo para ter direito a abono é previsto no 5.º escalão, onde se encaixam famílias com rendimentos 'per capita' inferiores a 1.989,3 euros e superiores a 994 euros. "Ou seja, um casal com um descendente tem como limiar de acesso perto de 4.000 euros e um casal com dois filhos quase 6.000 euros mensais. São estes os rendimentos acima dos quais estas medidas não se aplicam. Repare-se no que pode significar para uma família com uma criança de 1 ano, que recebe o 3.º. Escalão do Abono de Família e que espera o segundo filho: Recebe 87 euros todos os meses até o bebé ter 1 ano. E mais 50 euros por mês até o segundo filho completar 3 anos, quando che-

ga o ciclo do pré-escolar. É por isso que, na nova prestação, cerca de 58.000 mulheres terão apoios mensais de mais de 108 euros."

4. ESTA MEDIDA É SUFICIENTE PARA INCENTIVAR A NATALIDADE?

"Não acho que se promova a natalidade com uma simples medida, nem existe nenhum caso conhecido, em nenhum país do mundo, onde tenha sido encontrada uma solução que tenha aumentado a natalidade. O que os estudos internacionais mostram é que são mais eficazes os países que possuem um leque de acções", explica Vieira da Silva.

5. QUE OUTRAS MEDIDAS EXISTEM EM PORTUGAL?

"Começámos no final de 2005 pelo PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e já temos 136 creches contratadas." Até ao fim do ano, devem avançar mais

"Os municípios estão a desempenhar um crescente papel na solidificação de uma verdadeira rede social. As empresas e os parceiros têm um papel a cumprir."

VIEIRA DA SILVA,

ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

200 creches, especialmente nas áreas metropolitanas, e 25 mil novas vagas para crianças até 2009. "Toda a política de expansão da rede social (infância, idosos, pessoas com deficiência) tem um grande impacto na melhoria das condições de vida das famílias e, portanto, no estímulo à natalidade. O esforço no apoio a estes equipamentos sociais corresponde a uma transferência anual de cerca de mil milhões de euros."

6. POR QUE DEVE O ESTADO INTERVIR NESTA QUESTÃO?

"Está provado que o número de crianças que hoje nascem é inferior aos filhos que as famílias querem ter. O papel do estado é tornar mais fá-

cil a concretização dessa ambição social."

7. QUE RESPONSABILIDADE TÊM OS MUNICÍPIOS E EMPRESAS NAS POLÍTICAS DE NATALIDADE?

"Os municípios estão a desempenhar um crescente papel na solidificação de uma verdadeira rede social (de equipamentos e serviços). As empresas e os parceiros têm um papel a cumprir."

8. A QUEDA DE NATALIDADE ESTÁ ASSOCIADA À CRISE ECONÓMICA, ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO E CONTENÇÃO SALARIAL?

Para alguns especialistas, a reforma do Código do Trabalho, que se espera que venha flexibilizar as relações laborais, é um ponto contra o crescimento da natalidade. Mas Vieira da Silva garante que se trata de "um fenómeno estrutural que marca toda a sociedade europeia". Apesar de não desvalorizar a importância das dificuldades conjunturais, o ministro sublinha que "há países com bons desempenhos económicos e défices demográficos crescentes. Outros onde há sinais de recuperação. Não são os apoios financeiros que, só por si, o podem fazer. Mas é nosso dever colectivo trabalhar para que a natalidade se aproxime mais da vontade das famílias e das sociedades. Na minha opinião, qualquer reforma laboral que não se assuma como um factor de promoção da conciliação trabalho - família, não cumpre os objectivos do presente."

9. OS SUBSÍDIOS LIGADOS DIRECTAMENTE ÀS MÃES - E NÃO AOS PAIS - NÃO PODERÃO AGRAVAR O AFASTAMENTO DAS MULHERES DO MERCADO DE TRABALHO?

"Se a solução mágica existisse..." Vieira da Silva admite que o risco existe, mas que o que é preciso é encontrar "soluções equilibradas que atendam às realidades empresariais e aos direitos e necessidades das famílias. Uma melhor partilha das responsabilidades parentais entre mulheres e homens é essencial. É algo que a lei pode ajudar, mas cuja concretização vai muito para além do quadro legal."

10. QUANTO VAI GASTAR O ESTADO COM O APOIO?

"Trata-se de uma despesa adicional de 58 milhões de euros, ao que se acrescenta cerca de 40 milhões de euros por ano, para majorações para os segundos filhos e seguintes. Do meu ponto de vista, a mais-valia da estratégia que traçamos está no facto de conseguirmos, sem desequilíbrios financeiros nem propostas apresentadas como soluções milagrosas, suportar várias frentes de actuação." ■ J.P.

DESTAQUE
NOVOS APOIOS
À NATALIDADE

{DE}

■ APOIO

Nove em cada dez famílias com crianças até três anos de idade terão acesso ao Abono de Família melhorado.

90%

■ AONO

O Abono de Família melhorado prevê majorações que se traduzem no dobro do valor do apoio para os segundos filhos e do triplo para os terceiros e seguintes.

■ CUSTO

O Estado vai gastar 58 milhões de euros com o novo abono para grávidas e mais 40 milhões de euros em majorações para segundos e terceiros filhos.

98 milhões

ABONO DE FAMÍLIA

Pela realidade de 2004 - quando o sistema foi criado, esta medida afectará 90% das famílias com crianças até três anos.

(Valores mensais em euros, por criança com 1 a 3 anos)

RENDIMENTO BRUTO até 198,93
198,93 a 397,86
por mês do agregado familiar 397,87 a 596,79
596,80 a 994,65
994,66 a 1989,3
acima de 1989,3



Investimento dos Estados na família

Ajudas ao longo da vida, até aos 27 anos, em alguns países. (Em % do PIB)

